



Uma revolta armada cria um período de ditadura, industrialização e conquistas sociais

Vários fatores se somaram para dar origem à Revolução de 1930, que alterou profundamente a História do Brasil. No lado externo, a crise da Bolsa de Valores de Wall Street, em 1929, teve uma profunda repercussão na economia brasileira. A comercialização do café, principal produto de São Paulo, foi fortemente prejudicada pela difícil situação financeira em que mergulharam os seus compradores - os Estados Unidos e os países da Europa.

Havia uma relação tão direta entre a produção agrícola e o poder político que a política da chamada "República Velha" era chamada de "a política do café com leite", pela alternância no poder de grupos políticos ligados aos grandes cafeicultores do Rio de Janeiro e de São Paulo e aos produtores de laticínios de Minas Gerais. Alguns focos de revolta contra este estado de coisas já tinham começado a eclodir, principalmente entre as forças armadas. Sinais disso foram as chamadas Revoltas dos Tenentes, durante o governo Artur Bernardes (1922-1926), quando jovens oficiais do Exército pegaram em armas para combater a estrutura viciada da "República Velha". O governo sufocou tais rebeliões no Rio (1922) e em São Paulo (1924). Neste último caso, os rebeldes retiraram-se para o interior do estado e juntaram-se a outra coluna de revoltosos, que o capitão Luís Carlos Prestes tinha posto em movimento a partir do Rio Grande do Sul.

Acossada pelas tropas federais, a chamada "Coluna Prestes", com cerca de 1.500 homens, iniciou uma marcha tortuosa através do país, cruzando o Mato Grosso e chegando até o Maranhão, descendo através da região Nordeste até atravessar Minas Gerais e internar-se em territórios da Bolívia, tendo percorrido ao todo 25 mil quilômetros.



Apoio popular. Getúlio Vargas e outros líderes de 1930, como Osvaldo Aranha, foram aclamados no Rio Grande do Sul antes de chegarem à capital da República. A popularidade conquistada por Vargas nestes primeiros momentos de sua ascensão ao poder facilitou a extensão de seu mandato.

Neste cenário de crise econômica e levantes armados, o presidente Washington Luís, ligado aos paulistas, que governou de 1926 a 1930, começou a preparar sua sucessão. Havia três candidatos em potencial. O primeiro era Júlio Prestes, governador de São Paulo e ex-líder do governo na Câmara dos Deputados. O segundo era o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada. O terceiro candidato, que passou a congregar as simpatias dos adversários do "café com leite", era o gaúcho Getúlio Dornelles Vargas, que deixara o Ministério da Fazenda para assumir o governo do Rio Grande do Sul. Ao indicar Júlio Prestes como "o candidato do governo", Washington Luís entrou em choque com os mineiros, que se consideravam "na vez" para a candidatura. O Partido Republicano Mineiro rompeu com o governo e lançou Vargas como candidato, tendo o governador da Paraíba, João Pessoa, como vice em sua chapa.

Em março de 1930, numa eleição fortemente contestada, Júlio Prestes foi eleito presidente da República. Em maio, a reabertura do Congresso acirrou os choques entre parlamentares governistas e de oposição, até que um fato fortuito precipitou os acontecimentos. Em 26 de julho, o candidato a vice na chapa de Vargas, João Pessoa, foi assassinado a tiros numa confeitaria do Recife. O crime se deveu a questões pessoais, mas bastou para que as forças de oposição aproveitassem a enorme comoção popular que o fato desencadeou. Uma frase do mineiro Antônio Carlos definiu o espírito do momento: "Façamos a revolução antes que o povo a faça".

O levante foi iniciado em 5 de outubro, com Osvaldo Aranha e Flores da Cunha tomando o quartel-general de Porto Alegre, enquanto no Recife Juarez Távora destituía o governo de Pernambuco. Távora, à frente de suas tropas, desceu rumo à capital da República atravessando Alagoas, Sergipe e Bahia, enquanto Getúlio Vargas fazia o mesmo, cruzando Santa Catarina e o Paraná. Enquanto

isso, oficiais revolucionários depunham Washington Luís no Rio, colocando no poder uma junta pacificadora formada pelos generais Mena Barreto e Tasso Fragoso, e o almirante Isaías Noronha. A 3 de novembro, Vargas chegou ao Rio e assumiu o governo, nomeando interventores para os governos estaduais.



O último presidente da República Velha. Washington Luís foi deposto e preso no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, enquanto os líderes da Revolução de 1930 assumiam o poder em todo o país

A vitória militar da oposição não bastou para pacificar o país. Eram muitas as pressões para que fosse promulgada uma nova Constituição, mas Vargas adiou seguidas vezes a convocação de uma Assembleia Constituinte. Enquanto isto, São Paulo tornava-se o foco de resistência contra o novo governo: vários interventores sucessivamente nomeados não conseguiram esfriar os impulsos de insatisfação dos paulistas, que viram o poder federal fugir-lhes das mãos de uma hora para outra. Em maio, a polícia reprimiu com violência uma manifestação estudantil, matando quatro estudantes. Em 9 de julho de 1932, tendo à frente o ex-candidato à presidência Júlio Prestes e o próprio interventor federal Pedro de Toledo, rebentou a chamada Revolução Constitucionalista, que exigia a redemocratização do país, a convocação da Constituinte e o fim da intervenção federal nos estados.

A campanha armada foi comandada pelos generais Isidoro Dias Lopes, Euclides Figueiredo e Bertoldo Klinger, que trouxe

tropas do Mato Grosso. Houve grande mobilização de recursos humanos e materiais, com o recrutamento em massa de dezenas de milhares de civis, enviados para as principais frentes de combate, nas fronteiras de São Paulo com o norte do Paraná, o sul de Minas Gerais e o Vale do Paraíba. São Paulo, no entanto, deixou de contar com o apoio prometido por outros estados. Enfrentando forças muito superiores em número e em armamentos, os revoltosos acabaram se rendendo em 3 de outubro de 1932.

A esta altura, contudo, Getúlio Vargas sabia das dificuldades que iria continuar enfrentando caso não fizesse as concessões exigidas principalmente pelas classes empresariais urbanas e pelo movimento dos trabalhadores, que desde a década de 1920 começava a se articular em massa, sofrendo inclusive grande influência de movimentos esquerdistas europeus, como o anarquismo e o comunismo. Em 1934, foi promulgada uma Constituição basicamente liberal e nacionalista, confirmando direitos previamente concedidos (como o voto obrigatório e secreto, e o voto feminino), a criação da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho. Por um lado, Vargas promoveu avanços nos direitos dos trabalhadores e por outro a centralização do poder nas mãos do governo federal, esvaziando a força política dos cafeicultores e fazendeiros ao dar um enorme impulso à industrialização do país.

O chamado "período constitucional" do governo Vargas, entre 1934 e 1937, foi marcado pelo acirramento dos conflitos ideológicos que, no Brasil, refletiam o tumulto político do resto do Mundo. Na Europa, crescia o prestígio de regimes centralizadores, ultranacionalistas e militarizados: Hitler na Alemanha, Mussolini na Itália e Stálin na União Soviética. No Brasil, partidários destes diferentes modelos entravam em choque. Em 1935 Vargas teve que sufocar um levante militar de esquerda, conhecido como a "Intentona Comunista", enquanto que, na extrema direita, a Ação Integralista Brasileira, fortemente influenciada pelo modelo fascista, chegava a arregimentar centenas de milhares de fervorosos adeptos em todo o país. Ao reprimir a Intentona, Vargas suspendeu os direitos constitucionais e passou a dificultar o processo de sua própria sucessão à frente do governo. Com a divulgação de outro plano comunista para tomar o poder, o chamado "Plano Cohen" (que mais tarde se demonstrou tratar-se de uma farsa), Vargas anunciou em 10 de novembro de 1937 a promulgação do "Estado Novo", uma ditadura militar às



Marcha lendaria. A audácia do grupo armado liderado por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa deu margem a muitas histórias sem confirmação. Não se sabe ao certo, por exemplo, se a "Coluna Prestes" chegou a travar combate com bandos de cangaceiros contratados pelo governo em troca de anistia.

claras.

A nova Constituição promulgada no Estado Novo foi chamada de "polaca", por ter sido criada com base no modelo das constituições fascistas da Europa. O estado de exceção iria perdurar no Brasil por mais oito anos, coincidindo ainda com o transcurso da Segunda Guerra Mundial